

**Autarquia lança o portal do turismo
www.visitarganil.pt**



**Teatro Alves Coelho: Posição da
Câmara Municipal (páginas centrais)**

Inauguração da ligação Selada das Eiras - Cepos



Foi inaugurada no dia 5 de julho, pelo Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Eng.º Ricardo Pereira Alves e pelo Presidente da União de Freguesias de Cepos – Teixeira, José Costa, a ligação Selada das Eiras-Cepos, cuja requalificação ascendeu aos 135 mil euros.

A ligação Selada das Eiras-Cepos, que se encontrava bastante degradada, era um anseio do presidente desta União de Freguesias, bem como da população residente, que assim vê melhorado o acesso à sede de concelho. José Costa aproveitou a ocasião para agradecer a presença dos habitantes nesta cerimónia, bem como, à Câmara Municipal, todo o empenho na

concretização desta obra. Ao intervir referiu ainda algumas preocupações relativamente à rede viária, no que respeita nomeadamente à ligação Casal Novo – Cepos; Cepos – Colmeal e Porto Castanheiro à sede de freguesia, bem como, relativamente ao abastecimento de água de consumo doméstico na povoação de Cepos e Casal Novo.

Na sua intervenção, Ricardo Pereira Alves assegurou que as questões da mobilidade estão na primeira linha das preocupações da Câmara Municipal, referindo que nos onze anos de mandato foi possível alcançar cerca de 40% de intervenção na rede viária

municipal. Assumindo a necessidade da requalificação deste acesso, o Presidente da Câmara mostrou-se satisfeito com a obra, considerando a segurança com que as pessoas podem, a partir de agora, circular.

De acordo com o repto do Presidente desta União de Freguesias, Ricardo Pereira Alves, afirmou que há outras intervenções a realizar na rede viária, bem como está sinalizada e prevista a questão da água, uma igual prioridade para o executivo, adiantando que a Câmara Municipal se encontra a desenvolver o projeto de execução para uma nova captação de água no rio Ceira.

Carta Educativa Municipal on-line: projeto pioneiro na Câmara Municipal de Arganil



Foi apresentada no dia 6 de julho, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a atualização da Carta Educativa Municipal, instrumento essencial para o planeamento estratégico e de reordenamento da rede educativa, que agora, fruto de um projeto municipal pioneiro, se encontra disponível para consulta em plataforma on-line.

Introduziu a sessão e o projeto, o Sr. Presidente da Câmara de Arganil, Eng.º Ricardo Pereira Alves que, na presença da Diretora do Agrupamento de Escolas

de Arganil, Dra. Anabela Soares e da comunidade educativa, elucidou sobre as vantagens desta nova ferramenta, uma vez que de forma simplificada e muito intuitiva, se traduz numa resposta permanentemente atualizada, dinâmica, interativa e disponível a toda a comunidade escolar.

O presidente da Câmara sublinhou ainda que esta ferramenta, que agora tem a mais-valia de ter em tempo real toda a informação atualizada, foi fundamental na definição do conjunto de prioridades para a

construção/requalificação de novos equipamentos, designadamente dos centros escolares, como foi o caso da construção dos equipamentos de Coja e São Martinho da Cortiça e requalificação da EB1 de Arganil. Ricardo Pereira Alves acabou ainda por referir que falta executar um outro investimento, cujo projeto foi recentemente apresentado e também ele previsto na Carta Educativa, que é a requalificação da EB1 e Jardim de Infância de Sarzedo.



Cara(o) Arganilense:



No mês em que a maioria dos Arganilenses goza as suas merecidas férias passamos em revista a atividade municipal recente, que se centrou na temática do Turismo, com o lançamento do portal do Visit Arganil, do hastear das bandeiras azul no Piódão, “Qualidade de Ouro”, no Piódão e Secarias e Praia Acessível, em Pomares.

Não esquecemos aqui as temáticas da Educação (Carta Educativa Online), da Mobilidade (ligação Selada das Eiras - Cepos) ou da Ação Social (Iar Residencial para Pessoas com Deficiência).

Apresentamos ainda a posição da Câmara Municipal sobre o Teatro Alves Coelho.

Ricardo Pereira Alves

Câmara Municipal aposta forte no Turismo, com o portal Visit Arganil



No seguimento da forte aposta da Câmara Municipal de Arganil, no âmbito da promoção e divulgação turística do concelho, iniciada em janeiro com a renovação do portal municipal, lançamento do vídeo promocional e linha de merchandising, foi apresentado no passado dia 8 de julho, o novo Portal de Turismo do Concelho: www.visitarganil.pt, disponível online, a partir desta data. A apresentação teve lugar na Capela de São Pedro, o único Monumento Nacional concelho.

A abrir a sessão e a introduzir este novo projeto, esteve o presidente da Câmara Municipal de Arganil, Eng.º Ricardo Pereira Alves, elucidando que se trata de um portal especificamente dedicado ao turismo, que contempla os recursos turísticos do concelho, o melhor das suas paisagens, das suas aldeias, rios e ribeiras, bem como a excecional oferta em termos de alojamento, restauração e animação turística. Considerando que do ponto de vista turístico, o potencial público e privado do concelho é decisivo para o tornar um dos concelhos mais à frente da região, Ricardo Pereira Alves frisou a importância desta ferramenta no sentido daquilo que é a afirmação e a valorização turística do concelho, referindo também que a temática do turismo, para além daquilo que são as intervenções físicas que têm vindo a ser realizadas nos últimos anos, nomeadamente nas acessibilidades, praias fluviais e zonas balneares, é uma matéria também do ponto de vista da sua afirmação e valorização imaterial.

Relembrando que a capacidade de alojamento no concelho duplicou nos últimos 10 anos, o que vem reforçar a sua apetência turística, Ricardo Pereira Alves referenciou que tal facto se deve ao caráter diferenciador das experiências únicas e inesquecíveis que o concelho proporciona, ou não fosse ele um verdadeiro lugar para os sentidos.

Antes de passar a palavra aos técnicos do Município responsáveis pela elaboração deste novo portal, Ricardo Pereira Alves concluiu a sua intervenção reconhecendo-lhes a dedicação e empenho no projeto, agradecendo também aos agentes privados que facultaram informação preciosa para esta que é mais uma porta de entrada no concelho.



Seguiu-se a apresentação mais pormenorizada das funcionalidades deste portal pelos técnicos Eng.º Luis Almeida e Dr. Carlos Castanheira, com destaque para os separadores “Ficar”, “Fazer”, “Comer” e “Descobrir”, nos quais tomam o protagonismo fotografias imponentes e apelativas que fazem sobressair as potencialidades do concelho e cativam ao primeiro olhar.

A sessão terminaria com um momento musical ao piano por Miguel Neves, seguido de apresentação e degustação de produtos endógenos do concelho, também eles com grande destaque neste novo portal.



A Câmara Municipal tornou pública, em conferência de imprensa, no passado dia 25 de Julho, a sua posição sobre o Teatro Alves Coelho, na sequência da decisão do Tribunal da Comarca de Coimbra.

Eis, o texto na íntegra da posição da Autarquia.

Enquadramento cronológico

O Teatro Alves Coelho é um edifício emblemático da vila de Arganil, cujo projeto é da autoria do Arquiteto Mário Oliveira, tendo sido inaugurado em 09 de Maio de 1954. Foi considerado pela Ordem dos Arquitetos um edifício "marcante do século XX".

Em 2002, após um longo período de atividade cultural, face à sua notória degradação, foi ordenado o seu encerramento pela Câmara Municipal de Arganil, então liderada pelo Eng. Rui Silva.

Nesse período, foi mandado elaborar pela Santa Casa da Misericórdia de Arganil à empresa Vilargus, gabinete projetista de Arganil, um projeto de requalificação do Teatro Alves Coelho, cuja arquitetura mereceu aprovação, em 16 de Maio de 2005, pelo anterior Presidente da Câmara Municipal. No entanto, para o projeto estar completo e em condições de poder ser executado faltavam todos os projetos de especialidades: estruturas, água e saneamento, eletricidade, AVAC, segurança contra incêndios, mecânica de cena, etc.. Estes elementos nunca deram entrada na Autarquia. Nos termos da lei, a não entrega dos referidos projetos de especialidades, até 180 dias após a aprovação da arquitetura, implica a caducidade daquele ato de aprovação e o arquivamento oficioso do processo de licenciamento. Daqui resulta, que não existe, nem nunca existiu, qualquer projeto aprovado para a recuperação global do Teatro Alves Coelho!

Constatada a falta de condições da Santa Casa da Misericórdia de Arganil proceder à requalificação do Teatro Alves Coelho, a Câmara Municipal propôs, em 2007, àquela Instituição, proprietária do edifício, a sua cedência, para a elaboração de uma candidatura a fundos europeus, no sentido da sua requalificação. Tal cedência viria a ser consagrada em 20 de Dezembro de 2008, através de escritura pública de constituição do direito de superfície, pelo período de 50 anos, a favor da Câmara Municipal, na qual esta se comprometia a proceder às obras de requalificação no período compreendido entre os anos de 2008 e 2013 (IV Quadro Comunitário), na condição de tal projeto ser objeto de financiamento no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN).

No cumprimento dessa obrigação contratual (de resultado condicionado), o Município de Arganil indicou a Requalificação do Teatro Alves Coelho como um dos investimentos prioritários para o Concelho de Arganil, a par da Reabilitação da Antiga Cerâmica Arganilense (tipologia de Equipamentos para a Coesão Local) e da construção do Parque Verde Urbano do Sub-Paço (tipologia da Valorização e Qualificação Ambiental), no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, então designada de Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte, tendo aquela Entidade assinado com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, como Autoridade de Gestão, a contratualização de tipologias de investimento e não de investimentos específicos. O Teatro Alves Coelho inseria-se na tipologia da Rede de Equipamentos Culturais.

Contudo, neste âmbito, nunca viria a ser aberto qualquer concurso pela Autoridade de Gestão, pelo que não foi possível obter o financiamento desejado para a execução do investimento.

Não subsistem, por isso, quaisquer dúvidas de quais eram as prioridades da Autarquia em matéria de fundos europeus e de que, em momento algum, a Autarquia tenha optado por outros investimentos em detrimento da requalificação do Teatro Alves Coelho!

Reiterando e reafirmando a sua vontade de concretizar a requalificação do Teatro Alves Coelho, a Câmara Municipal propôs, em 22 de Abril de 2014, à Santa Casa da Misericórdia de Arganil uma intervenção faseada, independentemente de ser objeto, ou não, de comparticipação de fundos europeus, comprometendo-se a concluí-la até ao 3º trimestre de 2017, momento em que termina o atual mandato autárquico.

A resposta da Santa Casa da Misericórdia ocorreu em 20 de Junho de 2014, reclamando a devolução do Teatro Alves Coelho.

Novamente, em 8 de Janeiro de 2015, reiterámos a nossa vontade de proceder à requalificação do Teatro Alves Coelho, tendo havido abertura da parte da Santa Casa da Misericórdia de Arganil para estabelecer negociações.

Nessa sequência e em resultado de uma

deliberação unânime do Executivo Camarário reuniram, no dia 3 de Março de 2015, o Presidente da Câmara Municipal e o Provedor da Santa Casa da Misericórdia, tendo sido possível obter uma solução de compromisso, que consistia no seguinte: a Câmara Municipal assumia a recuperação do Teatro Alves Coelho, independentemente da comparticipação, ou não, de fundos europeus, até ao final do 3º trimestre de 2017, sendo responsável pelo projeto de execução, retirando-se as referências a um projeto de arquitetura anteriormente aprovado (Maio 2005), que face à não apresentação das especialidades, se encontrava inativo e a Santa Casa da Misericórdia de Arganil desenvolveria, de imediato, obras de conservação da Escola Adaes Bermudes, em particular, na melhoria da fachada, comprometendo-se a Câmara Municipal a subsidiar as intervenções até um limite máximo de 50,000€ (sensivelmente o valor das rendas arrecadadas até esse momento, provenientes das concessões do café e restaurante do edifício do Teatro Alves Coelho).

Foi, pois, com estranheza e enorme perplexidade, que tomámos conhecimento, através da Comunicação Social, das afirmações do Senhor Provedor no decurso da Assembleia Geral de 27 de Março de 2015 da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, numa direção totalmente oposta à solução de compromisso que fora possível obter três semanas antes.

Na reunião de 21 de Abril de 2015, o Executivo Camarário decidiu, mais uma vez por unanimidade, e na superior defesa dos interesses de Arganil e dos Arganilenses, avançar com todos os procedimentos tendo em vista a concretização da requalificação do Teatro Alves Coelho, que deveria estar concluída até ao final do presente mandato autárquico.

Nesse contexto e face à inexistência de qualquer projeto de execução aprovado a Autarquia avançou, internamente, com a elaboração do projeto de arquitetura e com o procedimento de contratação pública para a elaboração de todos os projetos de especialidades, tendo em vista a requalificação do edifício, com o objetivo primordial de dotá-lo de todas as condições para a realização de todo o tipo de atividades culturais, incluindo Teatro e Cinema.

(continua na página seguinte)

Posição da Câmara Municipal

Tendo presente a vontade inequívoca da Santa Casa da Misericórdia de Arganil de que a Câmara Municipal lhe devolva o Teatro Alves Coelho e o montante total das rendas recebidas, desde 2008, relativas à exploração do Café e Restaurante, e a decisão do Tribunal da Comarca de Coimbra;

Porque, apesar de discordarmos dos fundamentos e da decisão do Tribunal, não queremos continuar a alimentar a judicialização da relação entre a Santa Casa da Misericórdia e a Câmara Municipal;

Porque, Arganil e os Arganilenses estarão sempre em primeiro lugar, queremos partilhar convosco as decisões que tomámos:

1. Acataremos a decisão judicial, devolvendo o Teatro Alves Coelho à Santa Casa da Misericórdia de Arganil, bem como o montante

das rendas recebidas, desde 2008, relativas à exploração do café e restaurante, que totalizam 64 239,34 € e que se encontra depositado em conta bancária específica, como fundo de reserva, para ser aplicado na sustentabilidade e manutenção do Teatro Alves Coelho, após a sua requalificação.

2. Em sinal de boa fé e da autêntica e genuína vontade da Autarquia de ver o Teatro Alves Coelho rapidamente recuperado, iremos oferecer à Santa Casa da Misericórdia de Arganil o projeto de execução para a requalificação do edifício, que estará concluído em breve, e que contempla a arquitetura e todas as especialidades, potenciando um avanço célere da obra. Cabe agora à Santa Casa da Misericórdia proceder à recuperação imediata do Teatro Alves Coelho, devolvendo-o, com todo o esplendor e dinamismo, aos Arganilenses.

3. Tendo presente a oportunidade da Câmara Municipal poder aceder a fundos europeus para a regeneração urbana, unicamente na sede do Concelho, e que tencionávamos aplicar na requalificação do Teatro Alves Coelho, os quais não iremos, seguramente, desperdiçar, procedemos a uma revisão das prioridades de intervenção, em Arganil, alicerçadas na firme vontade de contemplar todos, Pessoas, Comércio Local, Instituições, considerando agora a renovação do espaço público de todo o centro histórico de Arganil e a remodelação do antigo Quartel da GNR, para aí criar a Casa das Coletividades, cujo investimento global ascende a 1.250.000 €, como as principais ações a executar, logo que as candidaturas que estamos a elaborar sejam objeto de aprovação, que esperamos possa acontecer ainda em 2016.



(continuação da página anterior)

Entretanto, a 23 de Abril de 2015 a Santa Casa da Misericórdia de Arganil dá entrada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra de uma ação judicial contra o Município de Arganil, tendo aquele Tribunal, em 7 de Setembro de 2015, se considerado materialmente incompetente para apreciar os pedidos formulados pela Autora, absolvendo a Autarquia da instância.

Em 14 de Outubro de 2015 é notificado o Município de nova ação judicial interposta pela Santa Casa da Misericórdia de Arganil, desta feita no Tribunal da Comarca de Coimbra, Instrução Central- Secção Cível-J3, na qual, em síntese, solicitava:

1) O reconhecimento de que o contrato de direito de superfície, celebrado em 2008, entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia se encontrava resolvido, por culpa exclusiva do réu;

2) Que fosse ordenado o cancelamento de todos os registos feitos, na sequência do contrato supracitado;

3) Que a Câmara Municipal fosse condenada à devolução do Teatro Alves Coelho, incluindo todo o equipamento de imagem e som, todas as obras de arte e objetos de interesse histórico existente no edifício;

4) Que a Câmara Municipal procedesse à devolução à Santa Casa da Misericórdia do montante global das rendas do Café e Restaurante recebidas desde 2008, que atingem à data de hoje o valor 64 239,34 €, acrescidas de juros moratórios desde a data da citação (14/10/2015) até efetivo e integral pagamento;

5) Que a Câmara Municipal fosse condenada a pagar à Santa Casa da Misericórdia uma indemnização

decorrente da violação do contrato supracitado e omissão de entrega e restituição, a liquidar em sede de execução;

6) Que a Câmara Municipal fosse condenada a pagar uma sanção pecuniária compulsória à Santa Casa da Misericórdia de 200 € por cada dia de atraso no cumprimento das obrigações de 3) e 4), a contar da citação (14/10/2015);

7) Que a Câmara Municipal fosse condenada em custas;

Em 30 de Junho de 2016, a Câmara Municipal apresenta uma candidatura ao Programa Centro 2020, tendo como objetivo o financiamento do seu Plano de Ação para a Regeneração Urbana, que contemplava como primeira prioridade de intervenção pública a requalificação do Teatro Alves Coelho, existindo boas possibilidades dessa candidatura poder vir a ser aprovada.

Entretanto, neste mês de Julho decorriam a bom ritmo os trabalhos de elaboração do projeto de execução para a requalificação daquele edifício emblemático, devendo estar concluído em breve, contemplando a arquitetura e as respetivas especialidades.

Em 14 de Julho de 2016, o Tribunal decidiu dar provimento aos primeiros quatro pontos, da petição inicial da Santa Casa da Misericórdia, a que já tivemos ocasião de fazer referência, condenando ainda a Câmara Municipal ao pagamento de uma sanção pecuniária compulsória à Santa Casa da Misericórdia correspondente aos juros à taxa de 5% ao ano, sobre as quantias referidas em 4), apenas e só se a Câmara

Municipal não devolver o montante das rendas recebidas, desde 2008, até ao final do trânsito em julgado da sentença. Relativamente às custas judiciais, a Santa Casa da Misericórdia assume o pagamento de 10% e a Câmara Municipal de 90%.

Sobre os restantes pedidos da Santa Casa da Misericórdia a Câmara Municipal foi absolvida, pelo que não terá de pagar qualquer indemnização em sede de execução ou uma sanção pecuniária compulsória à Santa Casa da Misericórdia de 200 € por cada dia de atraso no cumprimento das obrigações de 3) e 4), a contar da citação (14/10/2015).

No decurso da ação judicial e na sequência da realização de trabalhos de ensaios, sondagens e levantamento estrutural do edifício, absolutamente necessários para a conclusão do projeto de execução do Teatro Alves Coelho, a Santa Casa da Misericórdia interpôs uma providência cautelar no sentido de parar aqueles trabalhos, que estiveram a cargo do ITECONS-Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico para a Construção, Energia, Ambiente e Sustentabilidade (que tem entre os seus fundadores honorários a Universidade de Coimbra), tendo o Tribunal ratificado o embargo extrajudicial efetuado pela Santa Casa da Misericórdia de Arganil, por considerar o contrato de direito de superfície resolvido.

Refira-se que, até ao momento, a Câmara Municipal já assumiu despesas no valor de 90 500 €, relativas aos projetos de especialidades, bem como ensaios, sondagens e levantamento estrutural do edifício do Teatro Alves Coelho.

APPACDM de Arganil apresenta campanha de angariação de fundos para construção de lar residencial



Decorreu no passado dia 28 de junho, na antiga residência de estudantes masculina, uma conferência de imprensa onde foi apresentada, por Odete Correia da APPACDM de Arganil, uma campanha de angariação de fundos para a construção da denominada “Casa de Afectos”, que consiste na implantação de um lar residencial para pessoas com deficiência, na antiga residência de estudantes masculina, cedida a esta Associação pelo Município de Arganil, para a sua concretização.

Esteve presente nesta conferência de imprensa, Helena Albuquerque, Presidente da Direção da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência (APPACDM) de Coimbra, que usou da

palavra para referir a importância da criação de um lar residencial para o cidadão com deficiência em Arganil, tendo em conta a atual realidade da terceira idade. Helena Albuquerque salientou que se tem verificado que os pais cujos filhos são portadores de deficiência, nomeadamente em Arganil, estão a atingir idades muito avançadas, o que faz com que estes acabem por coloca-los em lares que não estão preparados nem são adequados à deficiência intelectual, referindo-se aos lares da terceira idade, motivo pelo qual apela à extrema necessidade de um lar residencial que faça frente a esta situação. Afirmando que a construção destas infraestruturas começam a ser

um dos objetivos da Associação, fez ainda referência às cinco residências já existentes, três na Tocha e duas em Coimbra.

Odete Correia, que preside a Comissão instaladora do Lar Residencial, agradeceu todo o apoio da Câmara Municipal para a concretização do projeto, no que respeita principalmente à cedência da antiga residência de estudantes masculina para o efeito e, fez saber que está tudo a postos para o início das obras, nomeadamente licenças e aprovação de projeto. Porém e, face às muitas condições favoráveis, Odete Correia referiu que o projeto ainda não dispõe do valor monetário necessário à sua construção, uma vez que se trata de um investimento de cerca de 600 mil euros e que, neste momento, recorrer a um empréstimo bancário, apenas garante cerca de 200 mil euros.

Como tal, Odete Correia anunciou que, para além de se encontrarem a decorrer algumas ações de angariação de fundos, como o foi no passado fim-de-semana, o conjunto de caminhadas solidárias organizadas pelo CLDS 3G por todo o concelho, será lançado brevemente um “Crowdfunding” que terá por objetivo angariar mais fundos através da internet e cujo NIB será em breve disponibilizado.

O presidente da Câmara Municipal de Arganil, Eng.º Ricardo Pereira Alves, mostrou-se muito satisfeito pela oportunidade de poder valorizar o património edificado no coração da vila, através de tão importante e nobre projeto, reforçando que assim se suprirá uma lacuna existente no concelho e região. Defendendo o projeto como prioritário, acabou referindo que tanto a Câmara Municipal, como freguesias e instituições concelhias estão muito empenhadas em tornar este sonho possível e mostram-se disponíveis para ajudar de todas as formas.

No seguimento desta conferência de imprensa, foi entregue à Comissão Instaladora do Lar Residencial, a receita resultante das 12 caminhadas em diferentes freguesias decorridas no fim-de-semana anterior, organizadas pelo projeto CLDS 3G Arganil + Inclusiva e apoiadas pelas Junta e União de Freguesias envolvidas, pela Unidade Funcional de Arganil da APPACDM e pelo Município de Arganil. Totalizando cerca de 800 participantes, resultou do conjunto de caminhadas denominado “Estamos Juntos”, um total de 3.500€ que foi entregue pelas mãos de Albino Vitória, em representação do Centro Social e Paroquial de Coja, entidade coordenadora do projeto CLDS 3G a Odete Correia.



Caras e Caros Concidadãos(ãos),

Nos últimos dias, Arganil parecer ter despertado para o problema associado ao Teatro Alves Coelho (TAC).

Infelizmente pelas piores razões. Porque não imperou o bom senso, porque outros interesses se sobrepuseram ao interesse colectivo, porque a memória e a história de Arganil foi desrespeitada. Em suma, porque o principal equipamento cultural do Concelho continua ao abandono!

E não foi por falta de aviso ou de pressão para que o Executivo do PSD cumprisse o acordo que por vontade própria estabeleceu.

Os Vereadores e os Membros do PS na Assembleia Municipal têm sistematicamente alertado para a situação do TAC e para o perigo que algumas opções políticas tomadas pela Maioria do PSD teriam no futuro desta emblemática sala de espetáculos.

Logo em 2010 chamámos a atenção e discordámos do facto de algumas funcionalidades que seriam implementadas na Cerâmica Arganilense colidirem com a vocação do TAC, nomeadamente a criação de um Auditório com a valência de cinema.

Em Junho de 2012, aquando da reprogramação do QREN, manifestámos total desacordo pela recuperação do TAC ter sido excluída da contratualização da Comunidade Intermunicipal (CIM), onde inicialmente estavam previstos

Oposição - Partido Socialista

420.000 € de fundos comunitários destinados a esta intervenção. Saliente-se que Góis e Tábua aproveitaram este mecanismo para construírem as suas Casas da Cultura.

Afirmámos, então, que faríamos diferente e nunca colocaríamos “os ovos todos no mesmo cesto” como aconteceu com a Cerâmica Arganilense. Nunca os Vereadores do PS se conformaram com as explicações que foram sendo prestadas.

Em Novembro de 2014 defendemos que a sala de cinema por excelência em Arganil é o TAC e nunca qualquer outra, pelo que esta oferta cultural não poderá deixar de estar presente neste edifício.

Apelámos permanentemente à necessidade do diálogo entre a CMA e a Santa Casa da Misericórdia de Arganil (SCMA) como única forma de ultrapassar as divergências surgidas e de encontrar uma solução viável para o TAC que, acima de quaisquer protagonismos, possa beneficiar Arganil.

Reiterámos sempre a necessidade de ser concretizada a requalificação urgente do edifício do TAC, sendo uma afronta para a memória dos Arganilenses o desprezo a que o mesmo está votado, que em nada dignifica o nosso Concelho.

Por isso, assumimos as nossas responsabilidades no Executivo Municipal, ao apoiar as decisões que iam ao encontro de uma rápida resolução desta questão, como foi o caso da aprovação da ARU e dos estudos de estabilidade do edifício essenciais para os projectos de especialidades.

Mas há responsáveis por se ter chegado a este ponto.

Em primeiro, a maioria autárquica do PSD que não cumpriu o contrato formalizado com a SCMA em 2008 e adoptou outras prioridades que hoje se revelam inconsequentes para Arganil.

Em segundo, a falta de diálogo e o constante ambiente de críspação entre Instituições que deveriam dar o superior exemplo de articulação e cooperação. Recorde-se que as divergências entre a CMA e a SCMA não se limitam ao TAC, mas afectam muitas outras matérias. Basta!

O Teatro Alves Coelho e Arganil, não merecem que estas desavenças afectem mais o seu desenvolvimento.

Com a sinceridade que caracteriza os Arganilenses não podemos estar orgulhosos pelo tempo nos dar razão!

Pelo contrário, estamos profundamente desgostosos e desolados pelo facto de assistirmos, dia após dia, ao desmoronar de uma referência da nossa terra.

Perdeu-se o apoio do QREN. Está em sério risco o financiamento que poderia ser disponibilizado no âmbito do Plano de Acção para a Regeneração Urbana (PARU) para esta urgente intervenção.

O restauro do Teatro não se compadece com mais demoras. O tempo da reflexão já lá vai. Agora é chegado o tempo da acção e da concretização.

Porque somos efectivamente solidários com o TAC, porque somos Arganilenses que vivem e sentem os problemas dos seus concidadãos, reiteramos o nosso apelo à abertura de um diálogo construtivo, franco e aberto entre a CMA e a SCMA, na sequência do qual o único vencedor seja a devolução de um renovado e esplendoroso Teatro Alves Coelho ao concelho de Arganil.

Para tal, contem com o nosso empenho e disponibilidade.

Os Vereadores do PS na C.M.A.
Miguel Ventura e João Pedro Pimentel

Bandeira Azul e Bandeira Qualidade de Ouro, hasteadas na Praia Fluvial de Piódão



Foi hasteada na Praia Fluvial do Piódão no passado dia 1 de Julho, a Bandeira Azul, atribuída pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), bem como, a Bandeira Qualidade de Ouro, atribuída pela QUERCUS, abrindo assim a época balnear da praia desta Aldeia Histórica.

Tais galardões devem-se não só à qualidade superior da água, tendo por base a informação pública oficial disponibilizada pela Agência Portuguesa do Ambiente, como, às características da envolvente e à qualidade das infraestruturas de apoio e segurança.

Para hastear ambas as bandeiras estiveram presentes, o Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Eng.º Ricardo Pereira Alves, o Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, Prof. Ricardo Pacheco e a Coordenadora Regional do Programa Bandeira Azul, Dra. Edmeia Silva, numa sessão que contou ainda com a presença de vários outros autarcas de concelhos do país que se encontravam de visita ao concelho de Arganil, no âmbito da rede Capacitar.

Praias Fluviais de Pomares e Secarias hasteiam bandeira "Praia Acessível para todos" e "Qualidade de Ouro", respetivamente



A Praia Fluvial de Pomares, que após candidatura do Município de Arganil em colaboração com a Junta de Freguesia, assegura pelo 9º ano consecutivo o galardão de "Praia Acessível, Praia para Todos", viu, no dia 15 de Julho, ser hasteada a bandeira que certifica tal distinção, numa cerimónia que contou com a presença do Vice-presidente da Câmara Municipal de Arganil, Dr. Luís Paulo Costa e dos Presidente e Secretário da Junta de Freguesia de Pomares, Armando Nascimento e Amândio Dinis.

Por sua vez, a Praia Fluvial de Secarias, que pelo 2º ano consecutivo conquista o galardão de Praia "Qualidade de Ouro", atribuído pela QUERCUS e de acordo com a excelente qualidade da água, viu a bandeira hasteada numa cerimónia que contou com a presença do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Dr. Luis Paulo Costa; do Presidente da Junta de Freguesia de Secarias, Leonel Costa, do Delegado de Saúde, Dr. António Queimadela Batista e do técnico de saúde ambiental Fernando Afonso.

Agosto

Eventos

6 de Agosto de 2016, 21h30
Noites de Verão - Mostra de Folclore Luso-Polaca - Grupo Folclórico da Região de Arganil
Praça Simões Dias

5, 6 e 7 de Agosto de 2016
FAVA - Feira de Artesanato, Velharias e Antiguidades
Praça Dr. Alberto Vale, Coja

12 de Agosto de 2016, 21h30
Noites de Verão: Tributo aos ABBA
Praça Simões Dias

12 a 15 de Agosto de 2015
Festival Músicas de Verão
Parque Verde do Prado, Coja

14 de Agosto de 2016, 9h00
Benfeita Trail
Benfeita

14 de Agosto de 2016
Carnaval de Verão
Coja

20 de Agosto de 2016, 21h30
Noites de Verão: Música no Coração IV - Associação CUME
Praça Simões Dias

27 de Agosto de 2016, 21h30
Noites de Verão: 6º Encontro de Concertinas com Minhotos Marotos e Grupo de Concertinas "Sons e Suadelas"
Praça Simões Dias

Noites de Verão 2016

*Praça Simões Dias
Arganil*



30.JULHO

JOANA AMENDOEIRA

COM A PARTICIPAÇÃO ESPECIAL
DE FERNANDO PEREIRA

06.AGOSTO

MOSTRA DE FOLCLORE

LUSO-POLACO
GRUPO FOLCLÓRICO DA REGIÃO DE ARGANIL

12.AGOSTO

TRIBUTO AOS ABBA

20.AGOSTO

MÚSICA NO CORAÇÃO IV

ASSOCIAÇÃO JUVENIL CUME

27.AGOSTO

6º ENCONTRO DE CONCERTINAS

COM "MINHOTOS MAROTOS"
E GRUPO DE CONCERTINAS "SONS E SUADELAS"